ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 854 DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. FLÁVIO DINO

REQTE.(S) : PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE - PSOL

ADV.(A/S) : RAPHAEL SODRE CITTADINO
ADV.(A/S) : BRUNA DE FREITAS DO AMARAL

ADV.(A/S) : PRISCILLA SODRÉ PEREIRA
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL

PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

INTDO.(A/S) :SENADO FEDERAL

PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO ADV.(A/S) : ADVOGADO DO SENADO FEDERAL

INTDO.(A/S) : CÂMARA DOS DEPUTADOS

Proc.(a/s)(es) : Advogado-geral da União

ADV.(A/S) : ADVOGADO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

AM. CURIAE. :SECRETARIA EXECUTIVA DO COMITÊ NACIONAL

DO MOVIMENTO DE COMBATE À CORRUPÇÃO

ELEITORAL - MCCE

ADV.(A/S) : HAROLDO SANTOS FILHO

AM. CURIAE. :FEDERAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES DOS

Poderes Legislativos Federal, Estaduais e

DO DISTRITO FEDERAL - FENALE

ADV.(A/S) : MARCIO SEQUEIRA DA SILVA AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO CONTAS ABERTAS

AM. CURIAE. : TRANSPARÊNCIA BRASIL

AM. CURIAE. :TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL - BRASIL

ADV.(A/S) :GUILHERME DE JESUS FRANCE

ADV.(A/S) : ROBERTO JOSÉ NUCCI RICCETTO JÚNIOR ADV.(A/S) : GUILHERME AMORIM CAMPOS DA SILVA

ADV.(A/S) : MARCELO KALIL ISSA

AM. CURIAE. : DIRETÓRIO NACIONAL DO PARTIDO

Trabalhista Brasileiro - Ptb

ADV.(A/S) : LUIZ GUSTAVO PEREIRA DA CUNHA

AM. CURIAE. : PARTIDO VERDE - PV
ADV.(A/S) : VERA LUCIA DA MOTTA

ADV.(A/S) : LAURO RODRIGUES DE MORAES RÊGO JUNIOR

ADV.(A/S)

: CAIO HENRIQUE CAMACHO COELHO

DESPACHO:

O SENHOR MINISTRO FLÁVIO DINO:

1. Em 26 de setembro de 2025, convoquei Audiência de Contextualização, que se realizará no dia 23 de outubro de 2025, com o objetivo de aprofundar a análise sobre a rastreabilidade e a transparência na execução das emendas parlamentares, bem como subsidiar a definição de eventuais medidas complementares, que integram a dinâmica dos processos estruturais (e-doc. 2.715, Id. d4b15b7a). Com o objetivo de obter informações específicas e completas dos convocados, formulo os seguintes questionamentos a serem respondidos objetivamente, na Audiência, pelos órgãos e/ou instituições detentores das informações:

Questionamentos relativos à Nota Conjunta TCU/AGU/CGU/MGI nº. 1/2025 (e-doc. 2.742, Id. 66022801):

- A) A seleção dos "relatórios de gestão", fundamentada nos critérios de **risco**, **relevância**, **materialidade e oportunidade**, será articulada com algum parâmetro <u>quantitativo</u> que viabilize a análise prioritária de uma amostra representativa, considerando o total estimado de 35 (trinta e cinco) mil prestações de contas?
- B) Há experiências anteriores de controle a partir de seleção fundamentada nos critérios de risco, relevância, materialidade e oportunidade? Em caso afirmativo, qual o significado atribuído a tais critérios na ocasião?

ADPF 854 / DF

- C) Considerando que a Nota Conjunta versa sobre a <u>priorização</u> da análise de contas, os "relatórios de gestão" não selecionados pelos critérios estabelecidos serão submetidos a exame em fase posterior? Com qual cronograma?
- D) Tendo em vista que a análise dos "relatórios de gestão" está condicionada à inclusão das versões finais no *Transferegov.br*, quais providências podem sem adotadas diante da identificação de indícios de irregularidades em <u>relatórios parciais</u>, referentes a recursos de emendas dos exercícios <u>financeiros de 2020 a 2024 ainda em execução</u>?

Questionamentos relativos ao noticiamento da evolução da rastreabilidade das "emendas PIX" do Orçamento de 2025 (e-doc. 2.711, Id. 2b62252e):

- E) Quais limitações técnicas impedem o alcance de 100% de rastreabilidade das "emendas PIX" referentes ao Orçamento de 2025?
- F) Remanescem obstáculos técnicos à rastreabilidade de 100% das demais emendas parlamentares relativas ao Orçamento de 2025 (comissão e bancada)?

Questionamentos relativos à adaptação dos sistemas bancários para o uso de contas específicas e individualizadas; travas contra o uso de contas de passagem e saques na "boca do caixa":

ADPF 854 / DF

- G) As providências adotadas pelo Banco do Brasil, pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Nordeste reportadas nos e-docs. 2.730, 2.734 e 2.749 (Ids. 53b8db08, 8690bbab e 34bc8d5b) são considerados suficientes para a promoção de transparência e rastreabilidade, no entendimento dos órgãos de controle?
- H) Há protocolos internos para detectar e reportar aos órgãos de controle movimentações atípicas relacionadas a repasses de emendas parlamentares, como concentração de recursos em Municípios de baixa execução em exercícios anteriores ou com indicação consistente de atos irregulares?
- I) É viável a criação de um painel público unificado das contas específicas por emenda parlamentar, com dados abertos e acessíveis à sociedade civil?

Outros questionamentos com vistas ao aperfeiçoamento da transparência e da rastreabilidade:

- J) Qual o atual estágio das auditorias em andamento da Controladoria-Geral da União, determinadas nos e-docs. 1.003 e 2.339 (Ids. d92af5e0, 0ac34004)?
- K) Tendo em vista o recente diagnóstico publicado pelo IPEA no sentido do descompasso entre o volume de recursos destinados a emendas e o desenvolvimento de políticas públicas¹, é viável o monitoramento dos resultados da

.

¹ BRASIL. IPEA. A relação Executivo-Legislativo e o impacto em políticas públicas de saúde, educação,

ADPF 854 / DF

aplicação dos recursos das emendas parlamentares, com fundamento em metas e indicadores de desempenho e impacto em políticas públicas, conforme determinam os arts. 37, *caput* e § 16; 165, §§ 10 a 16, todos da Constituição Federal?

- 3. Convido para participar da Audiência de Contextualização, que ocorrerá no dia 23/10/2025, às 09h30, na sala de sessões da Primeira Turma, Anexo II-B, 3º andar, neste Supremo Tribunal Federal, sob minha Presidência e acompanhamento da juíza auxiliar Amanda Thomé, representantes do Núcleo de Solução Consensual de Conflitos NUSOL e do Núcleo de Processos Estruturais Complexos NUPEC, ambos da Presidência do STF.
- 4. Esclareço que não haverá apresentações em *PowerPoint*, *Prezi*, *Canva* ou ferramentas similares <u>na exposição das respostas aos questionamentos acima formulados</u>, admitindo-se, contudo, que tais materiais sejam entregues e juntados aos autos. A Audiência seguirá o roteiro acima, com perguntas e respostas, item a item.

À SEJ para providências, com urgência.

Publique-se.

Brasília, 1516 de outubro de 2025.

Ministro FLÁVIO DINO

Relator

Documento assinado digitalmente

assistência social e trabalho. Brasília, setembro de 2025.